

REDISCUTINDO O PAPEL DOS DIFERENTES PROFISSIONAIS DA ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE

Nilda Alves*

Regina Leite Garcia**

Tendo sido militantes da supervisão e da orientação educacional nos idos de setenta e oitenta, eis-nos, mais uma vez, discutindo a escola e os profissionais que nela atuam. Neste meio tempo muita água rolou, muito vimos, ouvimos e participamos e, como o que não nos falta é coragem para lutar e para mudar, somos chamadas a mais uma vez nos manifestarmos em relação à escola e aos profissionais da educação, alguns que sempre estiveram em nosso horizonte e outros, que foram pedindo licença para entrar, não porque arrombassem com violência os portões fechados da escola, mas porque foram, com muita delicadeza mas com muita determinação, fazendo ver as possibilidades educativas de sua ação até então entendida como de menos importância.

Naqueles anos de militância supervisora e orientadora, muito discutíamos o papel específico do orientador, do supervisor e do administrador, defendendo não só a especificidade de cada um dos chamados “especialistas”, mas também a importância para a criação de uma escola de qualidade para todos e não apenas para os privilegiados de sempre, e a necessidade de que cada escola pudesse contar com aqueles profissionais.

Deste período, muitas histórias temos para contar e outras tantas a repetir, das muitas que nos contaram. Gostaríamos, apenas de lembrar os diversos encontros nacionais de supervisores e orientadores, nos quais, como

* Professora da Faculdade de Educação da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

** Professora da Faculdade de Educação da UFF (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

tudo o que se fazia naquele então, participavam milhares de profissionais, de todas as idades e de todas as regiões do Brasil, para ouvir o que tinham a dizer os que começavam a pesquisar educação no Brasil e para discutir como poderíamos participar daquela realidade que nos parecia tão estimulante.

Aquelas certezas deste período, no entanto, foram sendo abaladas por nossa participação no sindicato de professores, que foi se tornando sindicato dos profissionais da educação, incorporando em seu movimento todos os profissionais que atuam na escola, criando a sua realidade e vivendo o seu cotidiano – professores, administradores, supervisores, orientadores, vigias, merendeiras, serventes, todos e todas que até tão pouco tempo eram denominados “funcionários subalternos” e que se limitavam a desempenhar “funções subalternas”, pois que, afinal, a nossa tradição cultural sempre desqualificou aqueles e aquelas que trabalhavam com o corpo, parte inferior do *homo sapiens*, aquele que pensa enquanto outros fazem o trabalho menos nobre, embora imprescindível para que os “intelectuais” possam pensar, criar e se realizar.

Aqueles antigos “funcionários subalternos” que por tanto tempo aceitaram humilhados serem alijados da discussão pedagógica, hoje aprenderam em sua própria prática que têm muito a dizer sobre os alunos e alunas. E mais, hoje também aprenderam serem intelectuais no sentido gramsciano, de sujeitos que pensam o mundo em que vivem e que vão construindo concepções de mundo e de homem em seu cotidiano. Não são meros fazedores de tarefas, mas sujeitos que pensam ao fazer e que já compreenderam haver saberes da prática nem sempre valorizados em sociedades discriminadoras e excludentes como a nossa. Alguns foram para a universidade em busca de conhecimentos que pudessem explicar a situação

por eles vivida na escola e foram encontrar em Bourdieu a defesa dos chamados *saberes da prática*, outros aprenderam esta lição na própria prática. Confirmam tanto uns como os outros, haver mais de um caminho para chegar ao mesmo ponto – o da compreensão crítica da sociedade em que vivem. O importante é que todos passaram a ter orgulho de si mesmos e de seu fazer, reivindicando um espaço/tempo pedagógico em que tomem a palavra e falem do que sabem, agora que passaram a saber que sabem. Se vivo fosse, de Certeau exultaria ao saber que algumas vezes os subalternizados *tomam a palavra* e mudam de lugar na hierarquia, ou melhor, rompem a rigidez de uma hierarquia que impede o diálogo horizontal e fixa cada sujeito no “seu lugar”, dando aos de baixo o papel de obedecer aos do alto.

Neste processo, nós nos perguntávamos se o papel da universidade era o de se responsabilizar, única e exclusivamente, pela formação de professores do segundo segmento do ensino fundamental e do ensino médio. Fomos daquelas que, dentro do movimento que depois de 90 se organizou em torno da ANFOPE¹, propugnaram pelo direito dos professores do primeiro segmento se formarem na universidade e do dever desta de oferecer cursos que permitissem isto. Tivemos, assim, a oportunidade de viver uma linda experiência que foi a criação do curso de pedagogia que a UFF desenvolve em Angra dos Reis, tão cheio de propostas novas quanto à formação dos profissionais da escola. Foi aí que, desde 1992, pudemos levar à prática a noção de *professor pesquisador* que, hoje, é aglutinadora no que se refere ao movimento de formação.

Ao iniciarmos o processo de formação de professores (supervisores, orientadores e administradores) investigadores de sua própria prática, como não tínhamos experiência anterior nisto, quanto à graduação, percebemos que

este era um processo no qual tínhamos que nos colocar também como professores pesquisadores de nossas próprias práticas – passadas e presentes, imaginando sua modificação, criando portanto o futuro. Isto exigia a crítica a processos que antes tínhamos desenvolvido e ao próprio processo no seu acontecer. Este movimento nos permitiu, e a todos que conosco viveram este cotidiano, perceber mais uma vez como as ações solidárias e coletivas acompanhadas da crítica fraterna, é sempre o melhor caminho para se formar professoras/es – nós e nossas alunas/os.

Ouvindo as professoras, nossas alunas em suas pesquisas, como aprendemos e ensinamos no que se refere, especialmente, às pequenas/grandes mudanças que vêm se dando no cotidiano da escola!

Como se pode ver e seria de esperar, não foram, como nos referimos antes, apenas os funcionários até então subalternizados que redefiniram o seu papel na escola, mexendo com a rigidez burocrática e autoritária. O que antes nos parecia simples de compreender, foi se revelando extremamente complexo, exigindo de todas e todos nós, mudar também o referencial com o qual acreditávamos apreender a realidade escolar. Os antigos mapas pré-feitos e reducionistas já não davam/dão conta de uma realidade que está sempre se revelando diferente, mais e mais complexa e por vezes caótica, exigindo daqueles e daquelas que a querem compreender uma atenção renovada, os sentidos mais aguçados, a sensibilidade mais trabalhada e aberta, a atenção às intuições, uma abertura total de pessoas que sendo totalidades foram sendo fragmentadas por uma sociedade que divide para melhor controlar e dominar.

Assim, pudemos perceber que ao contrário do que se diz, correntemente, a escola não é um sistema fechado, já que as múltiplas mudanças que foram se dando, nos tantos sujeitos envolvidos, provoca, hoje, um questionamento

¹ Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

muito grande sobre o próprio sentido da escola e indica a necessidade de incorporarmos os tantos conhecimentos gerados no cotidiano escolar, a partir das redes de relações e conhecimentos tecidas pelos seus vários sujeitos.

No processo, todos nós fomos aprendendo a desconfiar do que antes nos ensinaram/ aprendemos sobre: o sonho da harmonia na sala de aula, na escola e no mundo; da necessidade da homogeneidade de formas de ensinar e aprender; o caminhar sempre juntos na turma; a importância do planejamento e o perigo dos desvios da rota pré-definida nos programas e confirmadas nas avaliações; a necessidade de repetir sempre, para melhor aprender; o indispensável controle do corpo, a eterna estrutura disciplinar do currículo e o que era/devia ser aprendido nas disciplinas; o respeito aos pré-requisitos para novas aprendizagens pudessem acontecer; a importância do atendimento aos níveis de maturidade e à seqüência de conteúdos; o maior valor de certas disciplinas e do supérfluo de outras; o que seria próprio para meninos e impróprio para meninas. Ah! Fomos todos e todas tão bem ensinados que ao aluno e aluna cabe aprender e ao professor e professora cabe ensinar! Sabíamos até dos três erros da aprendizagem que, graças a Deus já esquecemos.

É bem verdade que quando nos ensinaram tudo isto, ainda não conheciam/conhecíamos Vygotsky e seu conceito de *zona de desenvolvimento proximal*; tampouco conheciam/conhecíamos Morin e sua revelação da *complexidade* do real e da impossibilidade de apreendê-lo em sua totalidade; menos ainda conhecíamos Prigogine que defende o aspecto criador do *caos* em suas possibilidades de novas organizações. Hoje, nossos novos companheiros e companheiras de caminhada vêm de outras áreas, para revolta de algum/as “companheiros/as” mais conservadores/as e defensores/as ferrenhos/as da “especificidade” da educação e das chamadas “ciências

duras". Nossos novos companheiros e companheiras são físicos, biólogos, químicos, matemáticos, estudiosos da comunicação, da cultura. São militantes/ intelectuais do movimento afro-americano, afro-europeu e afro-brasileiro. São militantes/intelectuais do movimento feminista, feminino, de mulheres, de acordo com suas vinculações políticas e teóricas. São militantes/intelectuais do movimento ecológico – os verdes – que muitas vezes se juntam aos vermelhos para denunciar e para defender causas justas. São críticos da visão eurocêntrica, falocêntrica e branca de cultura. São críticos do paradigma que serve como luva ao capitalismo hegemônico. O que os caracteriza? O inconformismo, a curiosidade por abrir portas até então fechadas, a ousadia, a coragem de assumir dúvidas ao invés de pretender certezas e a capacidade de juntar pessoas (às vezes algumas, às vezes muitas) para tentar criar alternativas às situações quase inacreditáveis nas quais vivemos. Muito temos aprendido com estes novos companheiros e companheiras de busca, mantendo relações criativas com nossos/as antigos/as companheiros/as e nossos/as sempre presentes alunos/as.

O que nos interessa, hoje, é falar sobre os sujeitos da educação e da criação de um projeto político-pedagógico orgânico da escola. Não mais defenderemos um espaço privado do qual seriam proprietários os supervisores e supervisoras, uma gleba, os orientadores e orientadoras, outro lugar/ propriedade privada, ou os administradores e administradoras, que ocupavam o mais importante espaço do grande condomínio escolar.

Tudo isto porque a perspectiva histórica nos mostra a mutabilidade das diferentes funções exercidas na escola – mudam as funções, mudam os espaços/tempos de ação, mudam até os nomes que as definem. Surpreendente seria se face a uma realidade em permanente mudança, se mantivesse a escola e sua organização intocáveis, como se por lá não passasse o tempo e a ação

dos homens e mulheres que nela atuam, como se a escola não fizesse parte de uma sociedade que se transforma numa velocidade inapreensível por olhos e ouvidos menos atentos, como se a ciência também não revisse suas antigas “verdades” em cada momento novo a partir de dados novos e de novas indagações, melhor dizendo, que a ciência pudesse ser “A Verdade” e não, a permanente busca de verdade.

A cada momento novo, muda o que os diferentes sujeitos implicados na escola podem e devem fazer. Pois se muda a realidade do principal sujeito – o aluno ou aluna – como não mudar toda a dinâmica escolar, de modo a atender aos novos sujeitos que a procuram em busca de algo que é preciso investigar do que afinal se trata. Não pode ser o mesmo o que procurava um aluno ou aluna no início deste século que está a acabar, em um tempo no qual cabia à escola e apenas à escola ensinar o que parecia importante, à época, de ser aprendido por cada nova geração. Como oferecer o mesmo num mundo que não é mais o mesmo, um mundo em que as pessoas que se comunicavam na mesma cidade através de cartas e que podem se comunicar, hoje, com os lugares mais distantes através da Internet? Como continuar a falar em preparação para o trabalho numa sociedade que apresenta índices crescentes de desemprego e em que a própria idéia de emprego vem sendo questionada por tantos teóricos do trabalho? Como lidar com a violência crescente nas escolas quando alguns ainda vivem a nostalgia dos anos dourados? Como enfrentar o problema das drogas nas escolas quando a sociedade não oferece esperança para os jovens, deixando-os sem utopias que os convidem a lutar por um mundo melhor? Como afirmar a escola como “o espaço educativo” num mundo em que tantos espaços educam ... para o bem e para o mal? Como lutar contra as Cassandra que afirmam o fim da escola? Ou contra as Polianas que acreditam ser a educação a garantia para o desenvolvimento

econômico e para a nossa entrada triunfal no magnífico Primeiro Mundo, no Grupo dos Sete, ou simplesmente no Grupo dos Países Ricos? Como aprender a ser Penélope, tecendo e destecendo fios o tempo todo?

Irrecuperáveis otimistas que somos, ou não seríamos educadoras, propomos que se repense a escola, sem a ingenuidade de outros tempos nem tampouco com o pessimismo de novos tempos que aceitam não haver qualquer alternativa ao projeto capitalista que se amplia, ocupando novos espaços sem cerimônia, mostrando a cara despudorada, e impondo o que denominam “democracia” ainda que com o uso da força de máquinas de guerra de última geração que precisam ser testadas e de boas desculpas para fazê-lo, além da cumplicidade de uma Europa envergonhada.

Gramsci nunca foi tão atual em sua previsão do inevitável *pessimismo da inteligência* que só é possível superar com o *otimismo da ação*.

Vejamos pois o que fazer na escola hoje, quando ela não abre mão de seu importante papel na participação de um processo de mudança, nem aceita as idealizações que alguns fazem dela dizendo que sozinha poderia mudar a sociedade.

A escola na contemporaneidade – crise e possibilidades

A escola parece viver hoje um momento de redefinição de papéis, inclusive o seu próprio e o de todos e todas que nela interagem, incluindo nisto até os alunos e as alunas.

A escola foi pensada como um espaço/tempo que garantiria ao final um lugar no mundo do trabalho, de acordo com as qualificações adquiridas durante o tempo de escolaridade. Daí que o sentido da escola tenha sido sempre propedêutico, seriado, sendo cada série pré-requisito para a seguinte –

estudava-se isto para poder estudar aquilo lá na frente; fazia-se um curso para chegar a se formar e se profissionalizar numa determinada área, cujos conteúdos tinham sido aprendidos no decorrer do curso; ao final do curso de formação para qualquer área, o formando era considerado formado, portanto, pronto para atuar profissionalmente. Tudo o que se aprendia vinha com a promessa de sua importância num futuro, mais próximo ou mais remoto, embora sempre um futuro de certa maneira garantido. Nada tinha um sentido imediato e pouco respondia às necessidades, objetivas e subjetivas, dos alunos e alunas, entendendo-se que isto era o que deveria ser.

O ideário escolar prometia sempre um mundo melhor àqueles que seguissem as normas, se mostrassem diligentes, atentos, estudiosos, obedientes. Os que não correspondiam às expectativas escolares iam sendo marcados, estigmatizados, segregados e finalmente excluídos, por terem se mostrado pouco capazes de atingir os objetivos que a escola lhes colocava. O resultado de seu fracasso escolar, a eles próprios era imputado e cumpria importante papel na organização social do trabalho. Estes também eram preparados para o mundo do trabalho, é bem verdade que para funções subalternas e sem os direitos que a escola garantia aos que se destacavam pela “competência”.

Hoje, nem a estes nem àqueles a escola pode garantir um futuro de sucesso. Que expectativas restam então aos que hoje ainda continuam a procurá-la? E que sentido pode ter, hoje, a escola para a maioria? Se não existe mais a expectativa de que quem frequenta a escola e se forma terá uma carreira garantida, que papel resta a ser desempenhado pela escola? Que papel cabe ao que até então denominava-se trabalhador, numa sociedade de mais de 150 milhões de habitantes, que opta por uma economia baseada em capital intensivo, que economiza mão-de-obra, quando não a dispensa? Como formar

alguém adequadamente num mundo globalizado, cujo centro está fora de nossa sociedade e define as necessidades do mercado, definidor de todas as opções? O que pode fazer a escola no sentido de contribuir de alguma forma para que os milhões de jovens que a cada ano pressionam por um lugar no mundo de trabalho, encontrem uma saída para suas vidas aparentemente sem saída?

De tudo o que temos visto e ouvido parece que uma boa formação geral ainda pode contribuir para uma melhor inserção num mundo de trabalho instável, mutante e complexo. Por formação geral estamos nos referindo a amplos e profundos conhecimentos sobre o mundo, a natureza e a sociedade, e sobre os homens e mulheres que vivem neste mundo. Mas queremos insistir na importância de uma escola que proporcione oportunidades de desenvolvimento de uma flexibilidade intelectual, de sensibilidade e abertura para o novo, de criatividade face a situações desafiadoras, de atitude crítica e construtiva face aos impasses que o mundo coloca.

Longe está o tempo em que a escola era entendida como o lugar privilegiado de acesso ao conhecimento. Hoje todos reconhecemos ser a escola apenas um dos inúmeros espaços educativos que existem na sociedade, que sempre existiram, mas que nunca foram tão claramente percebidos. A televisão educa, a Internet educa, as relações de todo tipo educam, o grupo de amigos educa, a igreja educa, as festas educam, o futebol educa, a praia educa, o cinema educa, a música educa, e evidentemente a família educa. Tudo à nossa volta educa e mesmo o que está aparentemente distante de nós, nos educa. Cada um de nossos alunos e alunas participam de múltiplas redes de relações e, portanto, de conhecimentos. Cada um vai construindo as suas subjetividades nestas redes que se entrelaçam e que se encontram na rede escolar. A escola é portanto o espaço/tempo de encontro de múltiplas redes

relacionais e de conhecimentos. Cada sujeito – aluno, aluna, professor, professora, supervisor, supervisora, orientador, orientadora, servente, merendeira, vigia, diretor ou diretora – vai mudando de acordo com os contextos em que vive seus múltiplos cotidianos e, com sua própria história em confronto com outras histórias coletivas e singulares, vai participando de um grande movimento do qual é parte, influenciando e sendo influenciado.

Algumas redes das quais participamos se comunicam predominantemente através da palavra oral, outras da escrita, outras ainda da música, outras do corpo. Participando destas inúmeras redes cada um/uma de nós vai se iniciando no mundo da linguagem oral, da escrita, da linguagem televisiva, fotográfica, cinematográfica, teatral, musical, teatral, cibernética, pictórica, literária, poética etc etc etc, que se fôssemos relacionar todas as linguagens às quais estamos expostas a lista não teria fim.

Será que teria sentido neste mundo contemporâneo de múltiplas linguagens, que a escola continuasse a ser o espaço apenas da linguagem escrita e sobretudo da linguagem da escrita para “fazer dever”?

Quando falamos de formação geral ampla não estamos pretendendo o anacrônico mundo da simples erudição. Propomos apenas que a escola seja o *espaço/tempo de convergência* das múltiplas experiências e vivências que cada aluno e aluna vive e traz consigo a cada dia. Que a multiplicidade e diversidade de conhecimentos que cada um/uma traz seja incorporado como “conteúdo pedagógico” e que do confronto dos conhecimentos trazidos pelos alunos e alunas com outros tantos conhecimentos trazidos pelos professores e professoras e demais profissionais da escola, a partir de suas vivências, experiências, leituras, estudos, se possa transformar o espaço/tempo da escola em *espaço/tempo de apropriação/criação de conhecimentos*. Que cada aluno e aluna seja estimulado a puxar os fios das diferentes redes que se

entrelaçação na escola criando desenhos novos, originais, que possam retratar o seu momento único, resultado de momentos coletivos dos quais participa. Deste processo, todos e todas participarão, pois a escola estará contagiada pelo desejo coletivo de aprender e de ensinar, de pensar e de fazer. Ninguém mais se sentirá proprietário do saber, ninguém mais se sentirá nada sabendo, ninguém mais terá medo de se admitir não sabendo, na medida em que todos e todas terão compreendido que ninguém sabe tudo e ninguém nada sabe. Cada ponto de cada novo bordado será, numa linguagem menos metafórica, a síntese possível naquele momento realizada por aquele grupo e, no grupo, de cada componente do grupo. Ou, numa linguagem prigoginiana, a cada momento de caos, novas possibilidades de organização se apresentarão, anunciando por sua vez novos espaços/tempos caóticos. Que o fazer e desfazer sejam entendidos como parte dos múltiplos processos de maneira consciente e não “chegando de surpresa”, como parecia/parece ser recebido com a hegemonia das idéias de linearidade e de progresso permanente.

Da ordem rígida da escola, dos programas, do controle avaliativo, que traz escondido o caos, a descoberta de que o tão temido caos traz em si a possibilidade de novas organizações, de criação do novo, de enriquecimento existencial para todos e todas. Cada um /uma se torna criador/a de novas possibilidades de tessituras de conhecimentos e de relações, e vai criando neste processo o desenho de sua própria vida.

Entendemos que, com os conhecimentos que já se tem hoje sobre os processos de aprender e o reconhecimento de que há diferentes lógicas presentes na escola, embora não reconhecidas pelo pensamento hegemônico, há que se dar voz àqueles e àquelas até então não reconhecidos/as como sujeitos de conhecimentos. Já sabemos também que os diferentes conhecimentos impedidos de se manifestar na escola são resultado da

participação em diferentes redes de relação e de conhecimento. É por isto que entendemos, não estando sozinhas nisto, ser a escola o espaço/tempo de convergência de todas as experiências e vivências por que passam os diferentes sujeitos que interagem na escola, materializadas em projetos comuns e múltiplos a um mesmo tempo, entendidos como desdobramentos de um projeto mais amplo político-pedagógico. Neste e nos projetos comuns, as diferentes áreas do conhecimento seriam chamadas a contribuir para que os alunos e alunas fossem organizando aquilo que, à primeira vista, aparece meio caótico nos diferentes grupos dos quais eles e elas participam. A consecução dos projetos é resultado de sínteses, sempre provisórias, construídas coletivamente, cuja responsabilidade é, sempre e necessariamente, compartilhada. Os conhecimentos específicos de cada área do conhecimento, que no ensino fundamental devem significar tão somente fios que se entrelaçam aos fios mais sólidos dos múltiplos conhecimentos gerados nas tantas redes acima referidas, vão sendo chamados na medida em que o projeto o demande e não como mais um “dever” a ser cumprido para depois ser corrigido e receber uma nota ou conceito. Desta maneira, a avaliação será o projeto levado a termo e a participação de todos e todas os/as componentes do grupo e dos /das que eventualmente possam ser convidados a colaborar com os seus conhecimentos específicos que se mostrem oportunos ao bom andamento do trabalho.

Não mais as aulas de matemática ou de história ou de geografia, ou de que disciplina seja, apenas para seguir o programa, os parâmetros, ou que normas homogeneizadoras desabem sobre a escola. Mas os conhecimentos matemáticos, da língua pátria, de ciências, ou do que tenha sentido para o bom desenvolvimento dos projetos. Trata-se de *religar os conhecimentos* como propõe Morin, rompendo a divisão disciplinar e ir atravessando as

diferentes áreas do conhecimento – *transversalidade* é do que se trata. É importante enfatizar que não se trata de “temas transversais”, aos quais temos forte crítica já publicada, mas de uma outra forma de organizar o conhecimento na escola e todos os conhecimentos que seus sujeitos, todos eles enfatizamos mais uma vez, trazem para a escola, já que são todos e todas, como nos indica Boaventura de Sousa Santos, *redes de subjetividades*. Estamos, assim, propondo romper com a divisão disciplinar, com os programas, com a seriação, com as seqüências artificialmente criadas, com todo o esquema uniformizador e empobrecedor imposto às escolas.

O que poderíamos entender sobre o espaço/tempo dos vários profissionais da educação no momento atual

Nesta forma de pensar, se delineia importante papel para os até então chamados supervisor e orientador educacional, no sentido de que o currículo vá sendo tecido no cotidiano e com a liberdade indispensável à criação, para que se rompam os muros que separam a escola do mundo e seja permitida a entrada do universo cultural dos alunos e alunas, e de suas diferenças, permitindo perceber toda a riqueza do que só a escola pode fazer. Porque é na escola que se encontram estes coletivos tão diferentes, de sexos diferentes, de faixa etária diferente, de classes sociais diferentes, de grupos étnicos e raciais diferentes, de experiências e vivências diferentes, de desejos diferentes e de possibilidades diferentes, em uma estada que entendemos como compulsória e necessária a todos.

Quando a escola se abre, e transborda os seus muros, entra a comunidade e com ela vai entrando o cheiro de vida que a realidade de vidas em geral apartadas da escola vem encharcar, enriquecendo o universo cultural escolar. A escola vai se transformando num lugar de estar junto, de fazer

junto, de criar junto, de dar e receber apoio. Diálogo, solidariedade, colaboração, relações fraternas, aprendizagens novas que não surgem por milagre, mas através da *solidariedade de preocupações* como se refere Milton Santos. Diálogos de diferentes, só possível quando cada um ou uma reconhece o outro ou outra enquanto *legítimo outro*, conforme recomenda Humberto Maturana. Águas turbulentas que vão pouco a pouco encontrando o seu leito, escorregando e tocando as margens fertilizando-as e neste movimento se misturando.

Neste processo se delineiam novos papéis para os antigos profissionais da escola, pois a antiga divisão do trabalho escolar com os proprietários de determinadas funções, perde o sentido, dando lugar a uma nova divisão do trabalho, mais orgânica, diríamos, a partir das diferentes situações e das necessidades que se apresentam para o desenvolvimento dos projetos. Cada um/uma com os seus recursos próprios e que se mostram adequados naquele momento é chamado a desempenhar, por exemplo, o papel supervisor, orientador ou administrador, não porque tenha a propriedade da função, mas por ter o re-conhecimento da comunidade escolar para aquela função, naquela situação.

Tudo isto cria a necessidade de incorporarmos aos cursos de formação destes profissionais, de todos eles e não só dos supervisores e dos orientadores educacionais, idéias e ações que permitam aos mesmos viver na prática e criticar com apoio das teorias, experiências de processos transdisciplinares. Não podemos continuar formando os profissionais da educação isoladamente se queremos que eles trabalhem de modo solidário e fraterno na escola. Não podemos achar que estamos ensinando aos nossos alunos que vemos como “futuros” professores, quando na maior parte das vezes já o são ou estão buscando encontrar um lugar para sê-lo, tudo o que

devem saber sobre como ser “bom professor” se não respeitamos todos os diferentes conhecimentos que eles trazem ao pisarem a entrada das salas nas quais lecionamos. Não podemos formar disciplinarmente nossos alunos/professores se o que se exige, hoje, que façam na escola são organizarem ações para além das disciplinas. Não podemos querer ver aparecer, de forma mágica, supervisores, orientadores e administradores educacionais que organizem com alunos e professores a transdisciplinaridade se os formamos em cursos isolados e em disciplinas isoladas e sequenciais.

Os incrédulos hão de nos perguntar : Pode ser interessante ... mas, onde e como acontece isto?

Alguns menos crédulos podem achar que estamos exagerando e “inventando moda”, pois tudo isto pode ser muito bonito na teoria, mas na prática...

A estes nós temos que dizer: Isto já vem acontecendo. Na verdade, sempre aconteceu ... aqui, ali, acolá ... sempre realizado pelos inconformados, pelos inovadores, pelos criativos. Aconteceu e continua a acontecer em escolas de ensino fundamental ou apenas em algumas salas de aula, aconteceu e continua a acontecer em escolas de segundo grau ou apenas em algumas salas de aula, aconteceu e continua a acontecer em cursos de formação de professores, seja em cursos normais ou cursos universitários, de graduação ou de pós-graduação, algumas vezes em experiências marcantes que foram esquecidas mas das quais alguns e algumas de nós estão resgatando a história e o nome de mulheres e homens que a fizeram.

O que nos interessa especialmente é afirmar que há grupos de formadores de profissionais para a escola que já estão neste processo, no

momento atual, por já terem este tipo de preocupação, por entenderem ser este um desafio da contemporaneidade. Trata-se de um processo que enfrenta com as exigências da contemporaneidade os desafios da contemporaneidade. São grupos que, por caminhos diferentes e com recursos diversos vêm indicando a mesma direção e que além de pretenderem transformar e de permitirem a incorporação de todos e todas que querem participar do processo, pensam e se organizam sempre coletivamente, construindo soluções coletivas para os problemas que se colocam como desafios.

Não há dúvida que ninguém se forma num curso de quatro anos, embora também se forme no curso de quatro anos, já que este período é continuidade de uma formação anterior e que tem continuidade em uma formação posterior. A formação se dá durante toda a vida, sem ter princípio ou fim, sempre, também, nas múltiplas redes e contextos. Ela vai se dando, e tanto mais rica será, quanto mais experiências soubermos incorporar, no curso, da variada participação na multiplicidade destas redes de convivência, de interesse, de trabalho, de folguedos, de movimentos sociais, de igreja, de famílias, de vizinhança e de amigos, de esportes e de músicas, de amantes do teatro ou do cinema ou das artes plásticas, enfim, das inúmeras redes das quais cada um/uma participa.

Conhecemos e participamos de algumas experiências que têm trazido para a 'boca de cena' estes múltiplos conhecimentos que circulam para uma crítica prático-teórica, entendendo ser o processo de formação uma atitude investigativa vital a ser aprendida na vivência da própria investigação, com a tessitura de novos conhecimentos de todo o tipo.

Vemos também, aqui e ali, de maneira diferenciada, os cursos de formação de professores incorporando todas as vivências e experiências de seus alunos e alunas como "conteúdos pedagógicos" do curso, dentro de

discussões temáticas importantes, em projetos comuns, em trabalhos coletivos, promovendo espaços de solidariedade, de fraternidade, de amorosidade, de troca, de participação, de criação de conhecimentos de múltiplas qualidades, de sínteses. Nesta perspectiva, vai ficando sem sentido fazer, como em outros tempos, um curso separado para professor, outro para supervisor, outro para orientador educacional, outro para administrador, mas vai se tecendo o entendimento de que é preciso garantir, isto sim, que estes futuros profissionais da escola aprendam, em sua formação, a trabalhar juntos, a mudar de posição e de papel de acordo com as situações que venham a enfrentar na escola. Mais do que conhecimentos particulares em cursos particulares, vão surgindo cursos nos quais os conhecimentos são mais abrangentes e mais complexos, trabalhados em situações instigantes e que mostram a necessidade da convivência na solução de problemas concretos da escola e da humanidade em sua expressão local.

Da formação conjunta e comum, as especificidades vão aparecendo pela própria exigência do trabalho, já que estamos falando de projetos abrangentes, sem necessidade de momentos específicos para cada uma. Ao invés de um conhecimento propriedade de alguém, conhecimentos comuns que vão passando de um/uma para outro/outra de acordo com o momento, com a disponibilidade de cada um/uma e com o seu re-conhecimento no grupo. Não se trata de que todos e todas farão a mesma coisa, pois seria mau uso das diferentes capacidades e interesse de cada um/uma e das necessidades para o desenvolvimento dos projetos mas que todos e todas poderão fazer qualquer coisa na escola, pois são capazes de desempenhar os diferentes papéis exigidos pela dinâmica escolar.

Não se trata, voltamos a dizer, de um conhecimento específico, pronto e acabado, adquirido em um curso de quatro anos, mas de conhecimentos

múltiplos em permanente processo de atualização, nunca acabado, o que significa que ninguém estará definitivamente pronto. Isto vem exigindo nestes cursos que estamos fazendo e vendo fazer, uma compreensão diferenciada da idéia *de troca de conhecimentos* que passa a ser um dos fios trançadores dos mesmos. Formar os diversos profissionais da educação na exigência da troca de conhecimento vem significando que nossos alunos/colegas têm o direito à compreensão de que *ninguém é proprietário* de um conhecimento mas sim *responsável* por um dos fios necessários à tessitura de um lindo tapete de saberes e fazeres que só existirá com a troca/ trançado de todos os fios necessários.